

# Avaliação institucional do Ensino Superior e suas contribuições para o desenvolvimento regional

## Waleska Portella de Lacerda

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté  
- UNITAU. waleska.portella@ubm.br

## Elvira Aparecida Simões de Araujo

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e Professora da Universidade de Taubaté - UNITAU nos Mestrados de Gestão e Desenvolvimento Regional e Planejamento e Desenvolvimento Regional. elvirasaraujo@gmail.com

## Resumo

O presente artigo apresenta uma análise sobre a avaliação institucional do Ensino Superior e suas contribuições para o desenvolvimento regional. O problema que motivou a pesquisa foi a necessidade de mais reflexões sobre avaliações institucionais enquanto ações diagnósticas das IES e suas colaborações para o desenvolvimento de suas localidades. A pesquisa é classificada como exploratória, bibliográfica, através de livros e artigos científicos, com apresentações de diferentes visões sobre o tema, chegando ao entendimento de que as Avaliações contribuem para melhoria do funcionamento institucional e assim reflete benefícios para a comunidade externa. Como resultados, esperam-se (i) informar alguns dos atuais conceitos de Avaliações Institucionais, (ii) despertar nas Instituições de Ensino, o interesse de ingressarem cada vez mais em autoanálises que visam melhorias em sua prestação de serviço, (iii) contribuir para o surgimento de mais estudos sobre as reflexões iniciadas.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Avaliação do Ensino Superior. Qualidade do Ensino. Desenvolvimento Regional.

## Abstract

This article presents a reflection about the Institutional Evaluation of Higher Education and its contributions to regional development. The problem that has motivated the research was the need for more reflections on institutional evaluations as diagnostic actions of IES and its contributions to the development of their locality. The research is classified as exploratory, bibliographical through books and scientific articles showing different views on the subject. It came to conclusion that evaluations contribute to improving organizational efficiency and thus reflects benefits to the outside community. As a result, are expected to (i) inform current concepts about Ratings Institutional. (ii) Awaken the interest to join increasingly self-analysis in education institutions, focused on enhancements to its service provision (iii) contribute to emerge more studies on the started discussions.

Key-words: Institutional Assessment. Higher Education Evaluation. Quality of Education. Regional Development.

## Introdução

O salto de conhecimento que tem sido conquistado nos últimos tempos tem levado a sociedade a uma grande evolução na área acadêmico-científica, social e econômica. Para que esta evolução se processe de maneira a gerar inclusão social expressando um real desenvolvimento que se deseja em todas as áreas da sociedade, é de fundamental importância que todos possam ter acesso ao conhecimento. Se por um lado o conhecimento traz desenvolvimento econômico industrial, por outro é através dele que se pode garantir a manutenção do processo de desenvolvimento. Outro relevante papel do conhecimento consiste em não deixar sucumbir o pensamento reflexivo independente e libertador.

Se as análises de evolução econômica nem sempre revelam benefícios igualitários, pode-se recorrer ao conhecimento como potencial força libertadora que possibilita superação de desafios. Em defesa deste tipo de conhecimento, há que se pensar em melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, assim também refletir sobre melhorias para a região na qual está sendo ministrado o ensino.

Nesta intenção, é preciso rever, diagnosticar e avaliar a região e o ensino, de forma a contribuir para melhoria destes.

O trabalhador precisa manter-se competitivo no mercado de trabalho; por isso, deve se preocupar em fazer cursos complementares à educação básica, de forma continuada para sua qualificação e atualização. Por isso também deve adquirir as competências necessárias para driblar um contexto bem mais excludente. O simbolismo que vem carregado na noção de competência intensa faz do trabalhador um sujeito não-reagente, portanto disciplinado frente às exigências do mercado de trabalho (FERREIRA, 2006, p. 16).

O presente artigo tem como objetivo geral defender a importância da Avaliação Institucional como ferramenta de suma importância para a qualificação do ensino e conseqüentemente para melhoria regional. Para que os objetivos deste texto sejam alcançados optou-se por não esgotar o tema em termos anacrônicos ou processuais de conceituação. Esta pesquisa procura focar-se na Avaliação como estratégia atual e com nítida função transformadora ao superar suas falhas. Assim, apresenta-se uma revisão de literatura em relação à Avaliação, Avaliação Institucional, Avaliação do

Ensino no Brasil, Avaliação Institucional no Ensino Superior, Desenvolvimento Regional. Também há uma proposta de reflexão sobre o Papel da Avaliação Institucional Superior para Desenvolvimento Regional. Trata-se destes temas refletindo-se sobre seus principais conceitos, tendências e aplicações.

Este estudo também conclui que a Avaliação quando distancia de sua finalidade diagnóstica pode se inserir em desvios prejudiciais para as instituições. Estes desvios podem ser exemplificados como resultados inexatos devido descuido no controle das avaliações, concorrências ou rankings que levam certas instituições perderem motivações e perdas de foco no processo de correção de erros.

Enfim o enfoque central da pesquisa visa mostrar a relevância das ações de avaliação Institucionais sistematizadas e atentas ao processo de reflexões estratégicas para melhorias e superações pós avaliação.

## Referencial Teórico

De modo a organizar o texto, os conceitos básicos deste trabalho estão apresentados em subtítulos que procuram não perder a coesão entre eles. Estes subtítulos são apresentados da seguinte forma: Avaliação, Avaliação Institucional, Avaliação do Ensino no Brasil, Avaliação Institucional no Ensino Superior, Desenvolvimento Regional. Também há uma proposta de reflexão sobre o Papel da Avaliação Institucional Superior para Desenvolvimento Regional.

### AVALIAÇÃO

O processo de conceituação de avaliação tem se mostrado bastante complexo. O termo possui amplitude semântica e filosófica muito extensa, além disso, seu conceito ganha novas acepções no decorrer da história, nas visões de Ristoff (2003) a definição de avaliação é uma questão mais complexa do que normalmente se imagina. Ainda neste ponto de vista verifica-se que avaliação deve ser definida como sendo “a investigação sistemática do valor e do mérito de um objeto”. Para muitos autores, a avaliação não pode ser neutra e por isso é política, pois sempre expressa um posicionamento

ideológico. Neste estudo, portanto, pretende-se delimitar as reflexões sobre avaliação no seu atual estado de conceituação e sem intervir em questões filosóficas no campo de sua discussão política.

Para Sanches (2009), a avaliação é uma ação natural e presente no dia a dia sem que percebamos. Elas podem ser formais intencionais ou espontâneas. Há registros de avaliações que aconteceram na china há mais de dois mil anos. Na Grécia a avaliação era feita com intuito de ocupação política.

Ainda para Sanches (2009) em tempos atuais avaliação assume cada vez mais importância, especialmente se desfocar do processo seletivo e ceder espaço para ações formativas.

No âmbito educacional em seu aspecto mais básico, o termo avaliação procura expressar as atividades interativas entre o professor e seu aluno, de forma a mostrar o que o aprendiz demonstra de conhecimento adquirido.

Sob as visões de Sanches (2009) a avaliação é um procedimento que proporciona uma ação dupla, se por um lado leva ao autoconhecimento, por outro lado proporciona um feedback das muitas ações vividas nas instituições. Conhecendo bem a situação global de uma instituição há uma melhoria na tomada de decisões, evitando erros e evidenciando acertos conquistados.

Nas visões de Dias Sobrinho (2000), a avaliação deve ser resultado de um processo de construção coletiva, voltado para a promoção da qualidade social. Ainda neste ponto de vista a avaliação Institucional deve ser também compreendida como processo, visando-se conhecer alguns campos necessários sobre onde intervir e como intervir.

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para Sanches (2009, p. 38) é importante compreender que um “processo de Avaliação Institucional deve partir de um diagnóstico, de um autorretrato, de um autoconhecimento, desembocando num processo de autoconsciência institucional”, deste modo conhecendo mais sobre potencialidades e necessidades é possível o estabelecimento de metas e ainda “tendo em vista que avaliar é produzir

questionamentos e sentidos, é atribuir valores e contribuir para as emancipações pessoais, institucionais e sociais”.

O sistema de avaliação deve articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. Resguardadas as especificidades, os graus de autoridade e as responsabilidades de cada grupo de agentes, o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, autorregulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas (BRASIL, 2004, p. 83-84).

Como já mencionado as avaliações podem ocorrer de forma espontânea ou formalizada. É neste ponto que se percebe a importância de criar ações intencionais e, portanto, formais com objetivos definidos para que o controle da experiência avaliativa possa trazer algumas elucidaciones importantes para a tomada de decisões do gestor.

Para Dias Sobrinho (2000) este controle ou sistematização dos dados podem ser vistos sob as formas do tipo quantitativo ou qualitativo e eventualmente quantificação. Assim, é importante saber a adequação de cada um dos tipos, tratando-os com igual importância, pois o que aponta a sua definição ou este ou aquele tipo são os dados a serem trabalhados.

Além da formalização e sistematização das ações de avaliação institucional existem alguns marcos norteadores que promovem um método para captação e processo da avaliação para que esta atinja um bom estágio de relevância. Dentro do ponto de vista de Bordignon (1995, p. 404), destacam-se as diretrizes seguintes:

Ser considerada um processo crítico e dialógico, que se dá por meio da negociação entre atores, respeitando a pluralidade de vozes; buscar atribuir valores a meios e processos (não às pessoas), superando a atual prática autoritária; alcançar, por meio dos objetivos institucionais, a qualidade do ensino e a educação cidadã; ser referencial de qualidade na crítica da realidade; cumprir a função diagnóstica na identificação das dificuldades; promover mudanças na realidade; promover a cultura do sucesso institucional.

Compreende-se que para cumprir com objetivos que tragam autonomia e auto sustentabilidade evitando tendências com traços de autoritarismo e conservadorismo,

uma avaliação precisa ser diagnóstica e após conhecer bem sobre inúmeras variáveis que compõe a instituição esta avaliação pode contribuir para ações de transformação na realidade da instituição. Quando se distancia do seu real propósito, a avaliação pode se incorrer em aspectos negativos como pode-se verificar em Sanches e Raphael (2006, p.106)

A ênfase quantitativa dos mecanismos estatais de avaliação conduz a conclusões aligeiradas e utilizadas pela mídia como um ranking que têm servido para propósitos muito diferentes dos almejados pelos idealizadores do Exame Nacional de Cursos. Sob esse aspecto, percebe-se que a opinião pública pressiona a cultura acadêmica e acaba por influenciar no desenvolvimento de suas atividades. Mais ainda: problematiza a cultura acadêmica, pretendendo distinguir suas metas de qualidade e seus valores massificados. Desse modo, a autonomia das IES fica condicionada a fatores externos.

Sanches (2009) ainda aborda a Avaliação Institucional como medida além do caráter burocrático e controlador, mas, uma forma de assumir uma dimensão institucionalizada e processual, marcando um ponto de partida para a análise e reflexão acerca das reais necessidades da instituição.

Para Penna (2009) o acúmulo de problemas e desigualdade sociais superpopulação das cidades crescimento de desigualdades econômicas e sociais, exclusão social e pobreza baixo nível de escolaridade da população são fatores que impedem o desenvolvimento equitativo e participativos para as gerações atuais e futuras.

## AVALIAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL

Quando se pensa em avaliação, percebe-se que por meio desta pode-se refletir sobre a qualidade e desenvolvimento. Em termos de qualidade e desenvolvimento para a educação superior no Brasil, percebe-se que inúmeros avanços foram alcançados inclusive pela iniciativa da Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 206, inciso VII, define que um dos princípios fundamentais à educação no Brasil que é a garantia de padrão de qualidade.

Mais adiante a avaliação, enquanto conquista de qualidade, pode ser percebida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 que estabelece processos avaliativos como um bom caminho para a melhoria da qualidade de ensino,

inclusive para avaliação da Educação Superior. Em seu nono artigo verifica-se dentre outros os seguintes incisos sobre avaliação

- (...) V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- VI - Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
- VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
- IX - Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino... (BRASIL,1996).

Deste modo, fica evidente que, a começar pelo cumprimento da lei, as avaliações devem ser realizadas de forma sistematizadas e para diagnóstico do próprio sistema. O sistema de educação engloba múltiplos níveis, ou seja, a amplitude desse processo avaliativo na educação encontra-se em várias esferas, como exemplo maior partindo de iniciativas federais nas enumerações de Sanches (2009) destacam-se, a seguir, as principais iniciativas:

Provinha Brasil – aplicada duas vezes ao ano às escolas de Educação Básica das redes públicas de ensino, início em 2008. Seu objetivo é de diagnosticar o nível de alfabetização das crianças, após um ano de escolaridade.

Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) Com início em 1990 , a prova é aplicada em cada dois anos , ela é respondida por alunos do quinto e nono ano do Ensino Fundamental e da terceira série do Ensino Médio. Sua Intenção principal consiste em coletar informações sobre o desempenho acadêmico dos alunos. Há também a contribuição de diretores e professores que respondem a questionários para se conhecer as condições internas e externas relacionáveis a aprendizagem dos alunos.

Prova Brasil – prova com características similares ao Saeb, mas voltando-se ao ensino fundamental. Tende a avaliar as escolas públicas em áreas urbanas a fim de auxiliar os governantes nas decisões para o direcionamento de recursos.



Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) – aplicado anualmente àqueles que terminaram ou estão terminando o ensino. A prova possibilita uma referência para auto avaliação dos alunos e inclusive tem sido apreciada para iniciação em universidades.

Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) – é aplicado entre alunos no final do primeiro e último anos de graduação. Seu Objetivo é de avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação,

Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior) – Anualmente desde 1976 a avaliação acompanha a pós-graduação, por meio de relatórios.

## AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR

Nas visões de Sousa (2010, p. 131) a Universidade sempre deve estar comprometida com a sociedade, assim, a universidade é uma instituição social “torna-se ilógico tentar trata-la de forma dicotômica como sociedade e universidade fossem entidades autônomas” a sociedade contribui para a evolução da universidade assim como esta contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Esta interação intrínseca demanda maior reflexa sobre rumos e nortes a serem tomadas no tange ao desenvolvimento da universidade em suporte ao desenvolvimento da região na qual esta esteja inserida. Neste contexto a avaliação da instituição passa a perfazer um papel maior que o de mera satisfação burocráticas para cumprimento de procedimentos estabelecidos por órgãos reguladores. Há um novo enfoque para a avaliação ao retrata-la como um grande instrumento de ajuda para tomada de decisões importantes para a instituição assim como para a região.

Em uma esfera mais específica da Avaliação institucional, pode-se perceber a avaliação na universidade encaminhar-se por dois enfoques básicos:

O primeiro, e mais conhecido, é a avaliação do processo de ensino e aprendizagem. O segundo é a Avaliação Institucional, que contribui para o autoconhecimento institucional, porque fornece informações para os processos decisórios por meio de análise dos processos

acadêmicos, do funcionamento e estrutura organizacional e administrativa, dos cursos, dos projetos e programas (SANCHES, 2009, p. 19).

No que tange à avaliação do ensino superior no Brasil juntamente com suas instituições de ensino, pode-se considerar que a criação do SINAES seja uma ação de expressivos benefícios para os órgãos reguladores e, de forma especial, para as instituições de ensino superior. Quanto a este tipo de avaliação percebe-se que

O SINAES foi instituído com o objetivo de garantir qualidade ao processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Como característica principal, a proposta do SINAES aponta a Avaliação Institucional como centro do processo avaliativo, sendo a responsável pela integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e no respeito à identidade e às diversidades institucionais (SANCHES, 2009, p. 58).

Diretamente no texto LEI número 10.861, de 14 de abril de 2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, verificam-se as finalidades desta avaliação que consiste na “melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social”, deste modo, estabelece formas de inspeção da avaliação do ensino superior de forma a garantir o caráter democrático e com “respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.”

Nas visões de Sanches (2009), as avaliações do ensino superior são divididas quanto a formas de enfoque, primeiramente o enfoque para si mesma considerando aspectos como a auto avaliação, em outras palavras a avaliação interna, e outro enfoque destina-se à avaliação externa.

Em se tratando de auto avaliação, há a necessidade de verificar os objetivos da instituição e se estes estão sendo alcançados como

O perfil do profissional a ser formado, os objetivos do curso, as mediações necessárias ao seu cumprimento e as articulações internas e externas à instituição. A busca pela qualidade deve, enfim, corresponder aos objetivos da Instituição de Educação Superior (SANCHES, 2009, p. 72).

Ainda de acordo com a autora acima, percebe-se que no Brasil o sistema de avaliação do ensino superior sofreu grande influência dos modelos já existentes na Europa e Estados Unidos.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Junto com as concepções de desenvolvimento econômico, pode-se verificar a conceituação de desenvolvimento global e regional, no entanto o conceito de desenvolvimento engloba múltiplos fatores, pois, “O desenvolvimento de um país ou região depende de suas características próprias como situação geográfica, passado histórico, extensão territorial população cultura e recursos naturais” (PENNA, 2006, p. 127).

A fim de refletir sobre o que seja o desenvolvimento, pode-se começar pelo oposto, ou seja, sobre o que se caracteriza como o não desenvolvimento.

Um país subdesenvolvido apresenta crescimento econômico instável e insuficiente, alto grau de analfabetismo, elevadas taxas de natalidade e mortalidade infantil, predominância da agricultura como atividade principal, insuficiência de capital e de certos recursos naturais, diminuto mercado interno, baixa produtividade e instabilidade política (LIMA, 2010, p. 22).

Por outro lado, o desenvolvimento é visto por muitos agentes da sociedade como um processo de mudanças, nas visões de Siedenberg (2003), estas mudanças são sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo. “o desenvolvimento abrange o campo político, social econômico, cultural, educacional, ético e ambiental” (PENNA, 2006, p. 127).

A quantidade de recursos financeiros ou bens materiais, que possibilite o aumento da população e da produtividade é importante para o desenvolvimento econômico, mas uma melhor distribuição de recursos é capaz de harmonizar o desenvolvimento contribuindo para a melhora da qualidade de vida (VIEIRA, 2009, p.19).

Para Santos (1996), as mudanças devem levar em conta as regiões. Elas são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Ou seja,

na visão do autor não se pode mais deixar de considerar a contribuição das células econômicas do micro para as macrorregiões. Este aspecto mais específicos ou endógenos torna-se muito válido pois, há a necessidade de cuidar das bases em cada região não esquecendo de suas peculiaridades.

O progresso técnico – tanto sob a forma de adoção de métodos produtivos mais eficientes como sob a forma de introdução de novos produtos destinados ao consumo – e a correspondente aceleração no processo de acumulação (ocorridos principalmente na Inglaterra durante o século antes referido) permitiram que em outras áreas crescesse significativamente a produtividade do trabalho como fruto da especialização geográfica (FURTADO, 1974, p.78).

Para Penna (2006), desenvolvimento econômico pode ocorrer quando uma população ou nação ampliam sua eficiência na produção de bens e serviços, assim, há uma nítida percepção de melhorias nos padrões de vida que objetiva superar atraso dos países subdesenvolvidos, pretendendo-se conquistar, o mais breve possível, o nível de bem-estar dos países desenvolvidos.

O desenvolvimento regional é visto pelos mais diferentes agentes da sociedade como um processo de mudanças multifacetado relativo a aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, culturais que ocorrem em determinado espaço e tempo [...] o desenvolvimento regional tem diferentes aspectos ou óticas que devem ser considerados de forma conjunta como forma de geração de conhecimento, entendimento e resolução de problemas (PENNA, 2006, p. 128).

Há alguns parâmetros estabelecidos pela ONU que explicam a expressão “bem-estar dos países ricos”. Alguns destes parâmetros são: potencial científico, grau de dependência econômica externa, expectativa de vida, índice de mortalidade infantil, nível de industrialização, grau de alfabetização e instrução e condições sanitárias.

Por outro lado, Penna (2006) ainda informa que existem algumas ações a serem tomadas para o desenvolvimento como: políticas de renda que difundam o bem-estar, distribuição de renda mais equitativa, aumento da produtividade, a estabilidade de empregos, inovação tecnológica crescimento responsável (sem comprometimento dos recursos naturais) dentre outros.

Dentre as ações que promovem desenvolvimento para um país, as ações de educação são especialmente relevantes. Quando a população não possui formação mínima necessária há o que Penna (2006, p. 127) caracteriza como “a pouca participação da sociedade na promoção do desenvolvimento” e que isso gera “a dificuldade de toda a população integrar-se na economia nacional em virtude das falhas no processo educacional”. Estas falhas devem ser superadas para que o país possa superar o quanto antes os processos de exclusão e falta de bem-estar social.

Outro fator importante consiste em incentivos para a industrialização, pois esta tem sido bases para consolidações econômicas “As mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola” (PENNA, 2006, p. 128).

A questão de desenvolvimento abrange muitos processos, no entanto, estes processos devem priorizar o coletivo, de forma o desenvolvimento pode proporcionar satisfação sólida e assim, podendo alcançar gerações futuras.

## O PAPEL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL SUPERIOR PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nas visões de Chaparro (1998), o conhecimento deve se converter não só em um instrumento para explicar e compreender a realidade, mas também em um dinamizador do desenvolvimento.

Nas visões de Chiavegatto (1999) vivemos em uma sociedade cada vez mais voltada à disseminação de conhecimento assim nesta era do conhecimento, novos desafios para o desenvolvimento podem ser superados por meio do desenvolvimento do conhecimento.

A educação é o elo fundamental entre a modernização econômica e as mudanças sociais necessárias à superação sustentada da pobreza e à democratização da cidadania é nessa perspectiva que ela surge na sua exata dimensão de maior desafio dos países na passagem de século (KANDIR, 1998, p. 121).

Neste caso encontramos em Penna (2006) que a universidade, em sua função de pesquisa e construção e disseminação de conhecimentos, pode promover o

desenvolvimento de uma região. Ainda segunda a autora, a construção de polos de inovações tecnológicas e de centros de pesquisas podem ajudar no desenvolvimento regional, especialmente se estes polos técnicos forem inerentes a vocação econômica de cada região.

Com a geração de conhecimento a universidade pode ainda oferecer conhecimento sobre o todo e não somente conhecimentos voltados as especialidades regionais, nas visões de Penna (2006), precisa-se refletir sobre o desenvolvimento regional, o grau de relação do local e regional com o global, isto porque dificilmente nos tempos atuais, principalmente após 1990, uma região pode se desenvolver, sem considerar os impactos e efeitos externos do ambiente regional.

Nas visões de Siedenberg (2004), há a necessidade de agir com base local, mas pensando globalmente, transformando informação em conhecimento e assim, obtendo vantagem competitiva a longo prazo. Uma vez compreendido como um dos papéis da Avaliação Institucional– o aprimoramento da qualidade acadêmica, é preciso priorizar o “valor social das realidades avaliadas” e reforçar a “significação pedagógica e formativa dos processos”, evitando os riscos que são apontados por Dias Sobrinho (2000, p. 101-102):

1. A universidade não pode deixar escapar a titularidade da avaliação nem se furtar à exigência de auscultar as vozes da sociedade [...].
2. A universidade não pode de modo algum realizar uma avaliação laudatória, pela qual faria um autoelogio da instituição, de seus dirigentes e do próprio processo de avaliação [...].
3. É também decisivamente condenável que a avaliação, conforme as conveniências, desmereça de propósito aspectos importantes, supervalorize outros secundários ou atribua valores diferenciados a realidades equivalentes [...].
4. A avaliação não deve servir para comparar realidades diferentes, por exemplo, instituições entre si [...].

## **Método**

Este estudo aborda revisão bibliográfica acerca do tema avaliação Institucional sob a ótica reflexiva e diagnóstica. Devido o recorte de pesquisa proposto, não se pretendeu esgotar o tema em aspectos históricos processuais ou filosóficos de seus

conceitos. Há uma análise sobre a conceituação de temas inerentes ao assunto considerando a literatura contemporânea. As informações foram obtidas através de confronto entre diferentes visões teóricas a respeito do assunto. Com a análise teórica foi possível a conclusão sobre os benefícios da avaliação institucional. Assim também, houve reflexões sobre o assunto e sugestão para mais estudos a respeito.

## Considerações Finais

O desenvolvimento tecnológico e científico abre caminhos para o desenvolvimento da humanidade, porém este mesmo desenvolvimento tecnológico causa inquietudes sobre a questão de desemprego à medida que a produção humana vai sendo suplantada por máquinas. Com isso, danos e prejuízos sociais podem assolar a população. A situação se torna paradoxal, pois, se de um lado precisa-se de desenvolvimento tecnológico para alavancar as economias e desenvolvimentos de nações, por outro lado esta tecnologia ameaça a atuação humana sobre os setores produtivos. Há que se pensar sobre o que fazer para que milhões de trabalhadores possam continuar inseridos no processo de desenvolvimento garantindo suas funções e empregabilidade. Neste ponto, percebe-se que o conhecimento transformador pode continuar formando e aprimorando as pessoas. Assim, o conhecimento acadêmico pode proporcionar condições para que o trabalho do ser humano continue sobressaindo às máquinas, especialmente para setores que demandam decisões baseadas na ética e na sensibilidade social.

As universidades podem atuar diretamente neste processo de evolução do conhecimento e podem ajudar transformar o trabalho humano de modo que este permaneça insubstituível. Mas para isto, são necessárias mudanças e evoluções contínuas das instituições de Ensino Superior. “Temos um sistema educacional que deixa a desejar mesmo em comparação com os países de economia menos complexas e dinâmica do que a nossa” (KANDIR, 1998, p. 119).

As instituições de ensino podem valer-se de uma importante estratégia administrativa que proporciona mudanças benéficas: a Avaliação Institucional. Esta avaliação não precisa ser feita puramente por requisitos legais, mas principalmente por

suas funcionalidades de diagnóstico que visam suas adequações e melhorias. A avaliação institucional pode trazer muitos benefícios, dentre eles o de proporcionar à instituição uma consciência de suas potencialidades e uma tomada de decisão que a renove em defesa de seus objetivos. Os objetivos das Universidades são muitos, mas de forma especial, destaca-se o de formar o cidadão apto a encarar novos desafios. Cumprindo com este papel, a universidade pode contribuir para o desenvolvimento regional em qual está inserida.

Pode-se concluir assim, que dentro de uma visão institucional de ensino, A Avaliação Institucional pode contribuir muito para a melhoria da qualidade de ensino em todas as esferas e conseqüentemente, isto contribui positivamente para o desenvolvimento da sociedade local devido à natureza da prestação de serviço de conhecimento para a sociedade desenvolvida pelas Instituições de Ensino Superior.

## Referências

BORDIGNON, Genuíno. Avaliação na gestão das organizações educacionais. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 3, p. 401-410, out./dez. 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.248, 23 dez.1996.

\_\_\_\_\_.Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004d, p. 3.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências**. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <[www.andes.org.br/imprensa/Uploads/LEI10861.pdf](http://www.andes.org.br/imprensa/Uploads/LEI10861.pdf)>. Acesso em: maio. 2015.



CHAPARRO, Fernando. Apropriación social del conocimiento em el processo de construcción de sociedade. In : SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE GESTION DE TECNOLOGIA . *Anais...* São Paulo. 1998.

CHIAVEGATTO, Myrza. **As práticas do gerenciamento da informação, estudo exploratório na prefeitura de Belo Horizonte**. 1999. Dissertação (mestrado). Fundação Joao Pinheiro.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, E. B. **A Educação profissional no planejamento plurianual do Governo FHC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

KANDIR, A. **O caminho do desenvolvimento: do Brasil hiperinflacionário ao Brasil competitivo e solidário**. São Paulo: Atlas, 1998.

LIMA, M. M. F. **Projeto de economia solidaria no BNB**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

MEADOWS, DONELLA H. **Limites do Crescimento : A atualização de 30 anos**. Donella Meadows , Jorgem Randers , Dennis Meadows. – Rio de Janeiro : Qualitymark, 2007.

LIMA, A. Biondi. **Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas**/Antonio Almerico Biondi Lima, Fernando Augusto Moreira Lopes. – Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

PAIVA, V. Desmistificação da Profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho. **Revista Contemporaneidade e Educação**, 1996.

PENNA, REJANE; TOALDO, ANNA MARIA; SABEDOT, SIDNEY. **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas: Unilasalle, 2006.

RISTOFF, Dilvo. I. (Org.) **Avaliação e compromisso público**. Florianópolis: Insular, 2003.

SANCHES, R. C. Ferraroni. **Avaliação Institucional**. Raquel Cristina Ferraroni Sanches. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SIEDENBERG, D.R. **A gestão do conhecimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia**. In: Desenvolvimento regional abordagens interdisciplinares. In BECKER, D.F.B. E WITTTIMANN, m. L. (org), Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-03022010-143611/pt-br.php>. Acesso em: 09 jul. 2015.